

# Carta

# IBGE

95

Ano I - Nº 15  
Dezembro • 2



**1995** foi um ano de intensa atividade de reorganização e modernização interna do IBGE, e de trabalho, no sentido de dar ao país um quadro atualizado e confiável a respeito de sua sociedade, economia, meio ambiente e características físicas.

Na área das **pesquisas econômicas**, estamos encerrando a fase de coleta para o Censo Cadastro, em cerca de 600 mil estabelecimentos da indústria, comércio e serviços, baseado em um novo sistema de classificação das atividades econômicas – compatível com as normas internacionais –, que está sendo adotado em todo o Brasil. Este Censo, com resultados em tempo real e custos muito menores, substitui os antigos censos econômicos quinzenais. A Pesquisa de Orçamentos Familiares também se encontra em fase de coleta, desde setembro, e servirá, entre outras coisas, para atualizar as bases dos índices de preços. Um censo experimental agropecuário foi realizado, em junho e julho, em sete municípios representativos dos tipos de estabelecimentos do setor. Ainda nesta área, continuaram a ser produzidas as pesquisas anuais e os indicadores conjunturais, como os da indústria, emprego, rendimento e agropecuária, e começamos uma nova pesquisa, a de comércio, ainda restrita ao Grande Rio. Na área das **pesquisas sociais**, o IBGE colocou em dia as Estatísticas do Registro Civil, e, em campo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 95, cuja coleta está terminando. Publicou mais uma pesquisa de Assistência Médico-Sanitária e novos resultados do Censo Demográfico, com ênfase em dados dos municípios e de crianças e adolescentes.

Na área de **geociências**, prosseguiram os trabalhos de mapeamento topográfico sistemático do território nacional e de expansão e manutenção do Sistema Geodésico Brasileiro. Foi intensificada a transposição de informações geográficas para meios digitais e realizados diver-

sos diagnósticos ambientais. Destaca-se o término do Diagnóstico Ambiental da Amazônia Legal – solicitação da Secretaria de Assuntos Estratégicos. Isto, além do Diagnóstico Ambiental do Nordeste; da digitalização das malhas municipais e dos setores censitários do território brasileiro, e do projeto sobre Regiões de Influência das Cidades Brasileiras.

A **modernização tecnológica** deu um avanço, com a implantação de computadores em rede; presença na Internet; uso, cada vez mais intenso, dos meios magnéticos para disseminar informações, ampliando as possibilidades de acesso e de seleção de dados para análise. Lançamos a Carta IBGE, quinzenal e com tiragem de 14 mil exemplares. Esta publicação mantém o País a par das informações produzidas pelo instituto – que tem presença diária nos meios de comunicação – levando notícias do Brasil também via Internet.

**1996** será um ano de atividades ainda mais intensas. Logo no início, estaremos liberando dados detalhados sobre mobilidade social, educação, rendimento, religião, e vários outros, extraídos do questionário da amostra do Censo Demográfico de 1991, e as PNAD referentes a 1992 e 1993. Em março, colocaremos em campo o Censo Agropecuário e a Contagem Populacional, esta realizada pela primeira vez para atualizar dados do Censo, e a Pesquisa de Padrões de Vida, que dará informações detalhadas sobre as condições sociais da população brasileira em diversas regiões. Enquanto isso, os entrevistadores da Pesquisa de Orçamentos Familiares continuarão visitando os domicílios brasileiros, até setembro. Em maio, promoveremos o Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais,

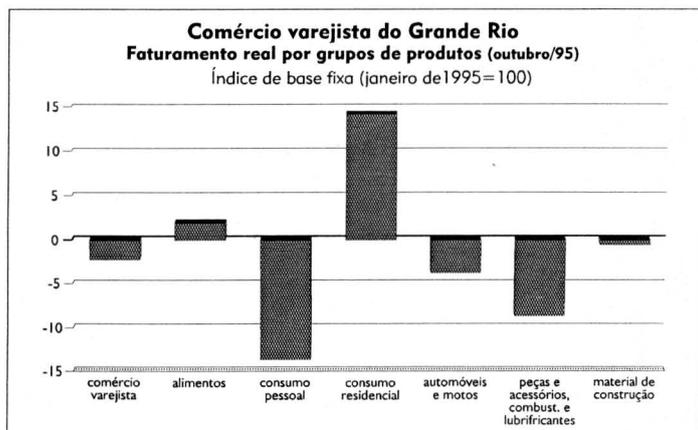


Econômicas e Territoriais; ampliaremos a produção e uso de sistemas de informações georreferenciadas, associando dados cartográficos, geográficos, econômicos e sociais. Investiremos na conquista de novos amigos, e na preservação dos que já conquistamos, e a quem agradecemos pelo crédito e apoio.

Feliz Ano Novo.

PRESIDENTE

## Comércio do Grande Rio reduz faturamento, emprego e massa salarial



De setembro para outubro, o faturamento real do comércio varejista da região metropolitana do Rio de Janeiro caiu 0,5%, enquanto a diminuição do emprego chegou a 1% e a da massa real de salários e outras remunerações a 2,3%. Mas estas retrações foram menores do que as do mês anterior, o que pode ser atribuído às vendas para o Dia das Crianças, à antecipação das compras de Natal e, sobretudo, aos primeiros efeitos da política econômica implementada no segundo semestre. Em faturamento, somente a atividade supermercados e hipermercados acelerou o ritmo de queda.

### Estabelecimentos menores registram melhores resultados

Os que ocupavam até nove pessoas – responsáveis pelo maior número de postos de trabalho – foram os que mais expandiram o faturamento (2,3%), os que demitiram menos (-0,4%) e os únicos que aumentaram a massa real de salários (0,1%), de um mês para o outro. Por setor de atividade, o faturamento aumentou mais nas lojas de departamento (17,3%), enquanto móveis e eletrodomésticos se destacaram em emprego (3%) e massa salarial (5,9%), segundo a *Pesquisa Mensal de Comércio*.

### Supermercados e hipermercados faturam menos 6%

Este resultado foi influenciado, basicamente, pelo comportamento das vendas de alimentos e de produtos para consumo residencial, como material de limpeza e eletrodomésticos, que contribuíram com 1,5 ponto percentual negativo para o resultado do comércio como um todo. Isto, causou impacto sobre o percentual registrado nos estabelecimentos maiores, que apresentaram a queda mais expressiva em termos de faturamento: -1,4%. Já os que ocupavam entre 20 e 49 pessoas obtiveram os piores desempenhos em emprego (-1,3%) e massa salarial (-5,5%), o mesmo acontecendo com o segmento material de construção: menos 4,3% de empregos e 11% de massa salarial.

## Indústria de alimentos tem produção recorde

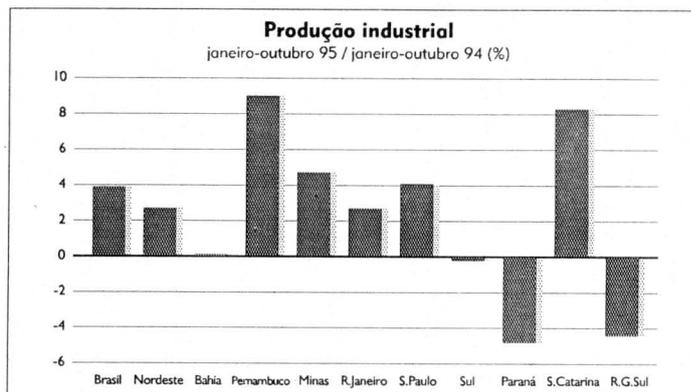
A indústria brasileira voltou a se expandir de um mês para o outro, confirmando trajetória de crescimento, ainda que moderada: 1,1%, de setembro para outubro. Os produtos alimentares, ao avançarem 6,7%, atingiram seu nível recorde. A expansão em matérias plásticas chegou a 5,7%, em farmacêutica a 6,8%, em vestuário a 3,9% e em material de transporte a 3,6%, de acordo com a *Pesquisa Industrial Mensal/Produção Física Brasil*.

### Bens de capital: menos 7%

Em dois meses, a produção industrial brasileira cresceu 3,1%, principalmente devido aos 5% de bens intermediários e aos 4,4% de semi-duráveis e não-duráveis. Mas a queda em bens de capital se acentuou de tal forma que o segmento apresentou o seu menor patamar produtivo desde agosto de 1993.

### Bens de consumo não-duráveis: mais 5,1%

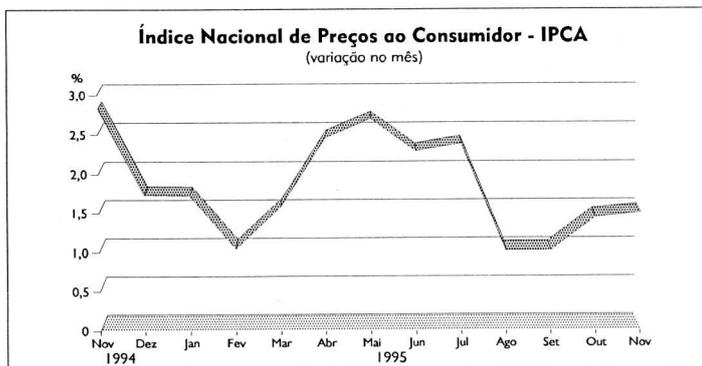
O quadro de taxas negativas ou declinantes, quando os resultados são comparados aos do mesmo período do ano passado, não se alterou. Pelo índice mensal, a produção diminuiu 2,3% e o acumulado no ano, que era de 4,7% em setembro, baixou para 3,9%, em outubro. Esta média foi ultrapassada pelos bens de consumo não-duráveis, o que não é comum e pode sinalizar um possível aumento de consumo de bens de baixo valor.



## Custo da Construção Civil sobe mais do que a inflação

O custo do metro quadrado superou em 1,14 ponto percentual o INPC, de janeiro a novembro. Subiu 21,14%. A mão-de-obra, que pesa menos neste total, aumentou mais (37,62%) do que os materiais (14,33%), segundo o *Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil*, que revela, ainda: em novembro, o custo médio ficou em R\$ 310,17, sendo R\$ 207,12 de materiais. Abaixo da média, somente o Centro-Oeste, apesar de apresentar a maior alta em materiais, e o Nordeste – único a reduzir o custo da mão-de-obra.

## Aluguéis e energia elétrica pressionam índices de preços



No INPC – que reflete o consumo de famílias com rendimento de um a oito salários-mínimos – os aluguéis subiram 6,05% e a energia elétrica, 12,37%. Os dois itens contribuíram com 0,78 ponto percentual para o índice de novembro: 1,51%.

Os aluguéis variaram entre 3,11% em Fortaleza e 6,59% no Distrito Federal. As tarifas de energia elétrica só não subiram em Recife, São Paulo e Belém, variando de 14,91% em Goiânia a 25,15% no Rio. Com isso, o grupo Habitação continua na liderança das altas. Entre as regiões metro-

politanas, a maior taxa ficou com São Paulo.

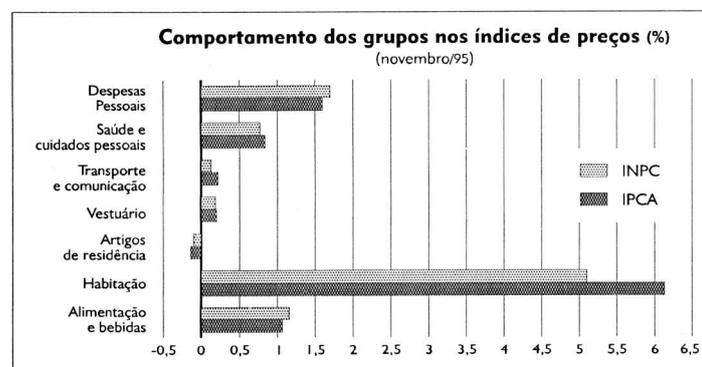
### Deflação em Artigos de Residência

No Rio de Janeiro ocorreram as maiores quedas dos preços de Artigos de Residência, com destaque para tv e som, utensílios e enfeites, roupas de cama, mesa e banho e mobiliário. O grupo, apesar das altas em cinco regiões metropolitanas, fechou com taxas negativas: -0,10% no INPC e -0,14% no IPCA – que reflete o consumo de famílias com rendimento de um a quarenta salários-mínimos.

### INPC e IPCA NAS REGIÕES PESQUISADAS

%	RJ	POA	BH	REC	SP	DF	BEL	FOR	SAL	CUR	GOI
<b>INPC</b>	1,59	1,26	1,64	1,42	1,98	1,61	0,96	1,11	1,29	0,87	1,25
<b>IPCA</b>	1,85	1,23	1,59	1,22	1,54	1,62	0,87	1,39	1,56	0,98	1,21

NOTA: A coleta dos índices de preços de novembro foi feita de 31/10 a 29/11.



### Para conhecer o perfil de crianças e adolescentes, a partir dos Censos

*Crianças & Adolescentes – Indicadores Sociais (volume 5)* é mais um produto do convê-

nio IBGE/ Unicef, iniciado em 1980, para divulgar estatísticas sobre as condições de vida da população de até 17 anos de idade. Desta vez, o estudo compara resultados dos Censos de 1980 e de 1991: dados gerais, rendimento, analfabe-

## Taxa de analfabetismo diminui

Mas cerca de 2,3 milhões de crianças e 1,3 milhão de adolescentes não sabem ler e escrever

De um censo para o outro, a situação melhorou mais para os que têm entre 11 e 14 anos. A proporção de analfabetos nesta faixa etária baixou de 20,6% para 16,1%. Mas a menor taxa de analfabetismo ainda é encontrada entre os jovens dos 15 aos 17 anos: de 15,9%, em 1980, para 12,4%, onze anos depois.

Estes 3,6 milhões, que representam 6% do total de crianças e adolescentes no Brasil, estão em plena idade escolar e, parte, no mercado de trabalho. O quadro, ainda preocupante, está delineado na publicação *Crianças e Adolescentes – Indicadores Sociais*, que o IBGE acaba de lançar, em conjunto com o Unicef.

### No Nordeste, em cada três crianças, uma é analfabeta

Pelo último Censo, as taxas de analfabetismo são maiores na periferia do que no município-sede das regiões metropolitanas. Como em Fortaleza, onde o índice é praticamente a metade do verificado nos demais municípios da região. No Sul, uma em cada 25 crianças é analfabeta; no Sudeste, uma em 20; no Centro-Oeste, uma em 13, e no Norte, uma em cinco.

TAXA DE ANALFABETISMO DOS ADOLESCENTES DE 15 A 17 ANOS DE IDADE, POR TAMANHO DE MUNICÍPIO – BRASIL - 1980/1991

	1980	1991
até 20 mil hab. ....	23,3	18,9
mais de 20 até 50 mil hab. ....	24,2	20,6
mais de 50 até 250 mil hab. ....	13,7	10,6
mais de 250 até 1 milhão hab. ....	6,8	5,4
mais de 1 milhão de hab. ....	5,1	4,1

### Nas capitais, a melhor situação se encontra em Curitiba e a mais grave em Maceió

Em Curitiba, em cada 50 crianças, uma não sabe ler e escrever. Proporção da qual se aproximam Florianópolis e São Paulo. Na outra ponta, Maceió, onde uma em cada cinco se encontra nesta situação, vem seguida de perto por Palmas, Teresina e Rio Branco.

### Maior parte mora em domicílios cujo chefe recebe menos de um salário

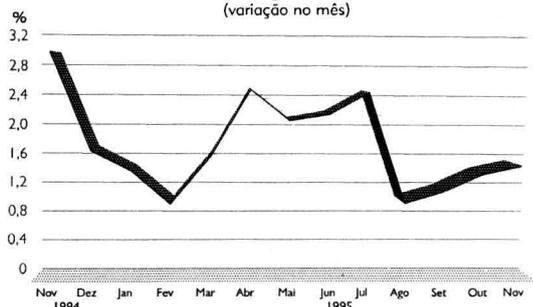
A situação econômica das crianças e adolescentes se agravou, levando em conta que 9,6% moravam em domicílios chefiados por quem recebia menos de um salário, em 1980. Em 1991, eram 24%. O empobrecimento foi mais intenso nas áreas rurais (de 15,1% para 36,7%), notadamente no Nordeste, onde atinge 51% dessa população.

E quase dobra a proporção dos que vivem em domicílios chefiados por mulheres (de 8,3% para 14,1%), passando de 22,3% para 31,1%, nos casos em que elas recebem menos de um salário-mínimo.

tismo e saneamento básico. A análise em termos de Brasil e de Grandes Regiões se estende às regiões metropolitanas, chegando ao detalhamento de municípios-núcleo e periféricos. Trata-se de subsídio importante para monitorar

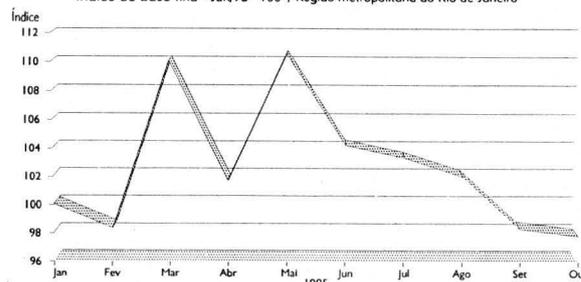
compromissos assumidos na Cúpula Mundial pela Infância, realizada pela ONU, em 1990, quando foram traçadas metas sobre saúde, nutrição e educação. Nas livrarias e bibliotecas do IBGE em todo o País.

**Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC**  
(variação no mês)

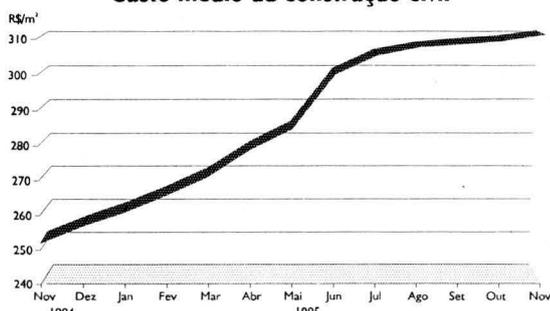


**Indicador do faturamento real**

Índice de base fixa - Jan/95=100 / Região metropolitana do Rio de Janeiro

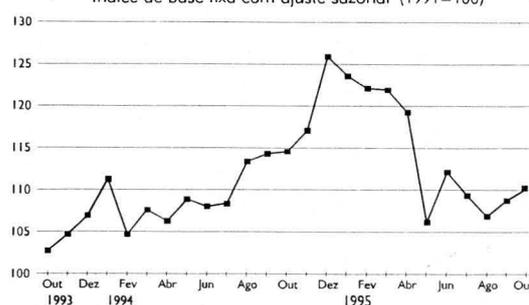


**Custo médio da construção civil**



**Produção industrial**

Índice de base fixa com ajuste sazonal (1991=100)



**INDICADORES CONJUNTURAIS**

□ **PRODUTO INTERNO BRUTO** (índices trimestrais)

- Total (1980=100)
- Agropecuária (1980=100)
- Indústria (1980=100)
- Serviços (1980=100)

□ **PRODUÇÃO AGRÍCOLA** (milhões de toneladas)

- Total de cereais, leguminosas e oleaginosas (3)

□ **PRODUÇÃO INDUSTRIAL** (índices mensais)

- Total (média de 1991=100)
- Bens de capital (média de 1991=100)
- Bens intermediários (média de 1991=100)
- Bens de consumo duráveis (média de 1991=100)
- Bens de consumo não-duráveis (média de 1991=100)

□ **COMÉRCIO VAREJISTA** (índices mensais) (5)

- Faturamento (jan/95=100) (6)
- Emprego assalariado (jan/95=100)
- Salários e outras remunerações (jan/95=100) (6)

□ **MERCADO DE TRABALHO**

- Taxa média de desemprego aberto (%) (7)
- Rendimento médio real (índice mensal, jul/94=100) (8)
  - Empregados com carteira assinada
  - Empregados sem carteira assinada
  - Conta-própria
- Emprego industrial (índice mensal, 1985=100) (9)
- Salário médio real na indústria (índice mensal, 1985=100) (10)

□ **PREÇOS**

- Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC (dez/93=100)
- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (dez/93=100)
- Índice Nacional de Preços ao Consum. Amplo Especial - IPCA-E (dez/93=100)
- Custo médio da construção civil (R\$ / m²)

PERÍODO DE REFERÊNCIA	NÍVEL	VARIÇÃO EM RELAÇÃO AO PERÍODO ANTERIOR	VARIÇÃO EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DO ANO ANTERIOR
1995/ III	130,71 (1)	-1,27 (1)	5,33 (2)
1995/ III	156,25 (1)	-0,01 (1)	5,75 (2)
1995/ III	108,07 (1)	-3,54 (1)	4,81 (2)
1995/ III	149,68 (1)	0,34 (1)	5,67 (2)
Outubro	79,926	-	6,32 (4)
Outubro (*)	118,05	1,09 (1)	-2,23
Outubro (*)	105,18	-4,50 (1)	-21,46
Outubro (*)	114,65	2,93 (1)	-1,77
Outubro (*)	156,76	3,17 (1)	11,88
Outubro (*)	120,70	1,58 (1)	-3,58
Outubro (*)	97,74	-0,51	-
Outubro (*)	93,30	-0,97	-
Outubro (*)	102,38	-2,37	-
Outubro	5,09	-1,93	12,36
Setembro	119,85	0,44	13,41
Setembro	111,57	0,48	10,62
Setembro	127,66	0,42	21,49
Setembro	132,80	2,66	21,50
Setembro	78,84	-0,99	-4,67
Setembro	117,15	-0,37	11,01
Novembro (*)	1.235,21	1,51	20,00
Novembro (*)	1.225,12	1,47	20,53
Jul/Ago/Set	-	5,13 (11)	-
Novembro (*)	310,17	0,34	23,52

**NOTAS:** (1) Série com ajuste sazonal. (2) Taxa acumulada no ano. (3) Estimativa no mês de referência para a produção total esperada no ano em curso (caroço de algodão, soja, milho, trigo, arroz, feijão, amendoim, mamona, aveia, centeio, cevada e sorgo). (4) Variação em relação à produção obtida no ano anterior. (5) Resultados da pesquisa mensal de comércio para a região metropolitana do Rio de Janeiro. (6) Deflacionado pelo IPCA da região metropolitana do Rio de Janeiro. (7) Taxa média de desemprego aberto (semana), abrangendo regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. (8) Rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas, deflacionado pelo INPC. (9) Pessoal ocupado na produção. (10) Deflacionado pelo INPC. (11) Variação acumulada no período de referência. O IPCA-E é divulgado ao final de cada trimestre. (\*) Novo nesta quinzena.